

A UNIVERSIDADE PÚBLICA RESISTE



**NA ASSEMBLÉIA
QUE ANTECEDEU O
RECESSO, A ADUR-
S.SIND MANTEVE O
INDICATIVO DE
GREVE SEM DATA**

PÁGINA 11



E MAIS:

**ANDES-SN PARTICIPA DE AUDIÊNCIA
PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**MEC "RATIFICA PROPOSTA" APRESENTADA
NA ÚLTIMA REUNIÃO DO GT**

PÁGINA 9

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE DA ADUR-RJ

DIA: 06 /10/ 2005 (quinta-feira), às 13h, no Gustavo

PAUTA:

- 1 - Deliberação sobre Indicativo de Greve;
- 2 - Convocação para eleições da Diretoria da ADUR-RJ - gestão 2005/2007;
- 3 - Convocação para eleições do Conselho de Representantes;
- 4 - Relatório Anual da Diretoria;
- 5 - Relatório Anual do Conselho de Representantes;
- 6 - Projeto de Orçamento Anual;
- 7 - Plano de saúde para os funcionários da ADUR;
- 8 - Percentual de êxito do advogado - ações de insalubridade;
- 9 - Outros Assuntos

GREVE NAS IFES:

EM GREVE: ADUFAC (ACRE), ADUFMAT-ROO (RONDONÓPOLIS), ADUFPA (PARÁ), ASPUV (VICOSA), ADUFLA (LAVRAS), APRUMA (MARANHÃO), SESDUFT (TOCANTINS), ADUFMAT (MATO GROSSO), SINDCEFET (MG), ADUFF (NITERÓI), APUFSC (SANTA CATARINA), ADUA (AMAZONAS), SESDUF (RORAIMA), ADOURADOS(MT-CAMPUS DOURADOS), ADUFC (CEARÁ), ADUFPI (PIAUI), SEDUFMS (SANTA MARIA), ADUFPEL (PELOTAS), ADUNB (BRASÍLIA), ADUFU (UBERLÂNDIA), ADUFOP (OURO PRETO), APES (JUIZ DE FORA), SINDCEFET (GOIÁS), ADUFEPE (PERNAMBUCO).
[24 AD's]

INDICATIVO DE GREVE COM DATA: SINDUFAP (AMAPÁ), ADCEFET-RJ, ADUNIR (RONDÔNIA), APUBH (BELO HORIZONTE), ADFCAP (CIÊNCIAS AGRÁRIAS-PARÁ), SINDOCEFET-PR, ADCAC (CAMPUS CATALÃO - UFG), ADUNIFESP, ADUFPB (PARAÍBA).
[9 AD's]

COM INDICATIVO, SEM DATA: ADUR-RJ, SINDFAFED, SINDEFOA (ALFENAS), ADUFG (GOIÁS), ADUFRGS, APUB (BAHIA), ADURN (RIO GRANDE DO NORTE), ADUNI-RIO, ADUC (CAJAZEIRAS), ADUNIFEI (ITAUBÁ), SINDCEFET (OURO PRETO) **[11 AD's]**

SEM INFORMAÇÃO: ADUFCG (CAMPINA GRANDE), APROFURG, ADUFS, ADUFPB, ADAFA (FORÇA AÉREA), ADCAJ (JATAÍ), ADFMTM (TRIÂNGULO MINEIRO), ADUFRJ, ASDESAM, ADUFAL (ALAGOAS), ADUFMS, SINDCEFET - PI, APROFURG. **[13 AD's]**

SAÍDA DE GREVE: ADUFSCAR.

RETIRADA DO INDICATIVO DE GREVE: ADFUNREI, APUPFR

CONTRA A GREVE: ADUFES (ESPÍRITO SANTO), ADUFERPE (RURAL DE PERNAMBUCO).

QUADRO DE GREVE ATUALIZADO EM 25/09/05

LEIA NESTA EDIÇÃO:

**INFORMES SOBRE OS PLANOS DE
SAÚDE DA UNIMED E DA GOLDEN
CROSS PÁGINAS 11 E 12**

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO: A UNIVERSIDADE PÚBLICA RESISTE

No dia 30 de agosto último, após frustradas inúmeras tentativas de diálogo com o Governo Federal no decorrer de 2 anos, teve início a greve nacional dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, em defesa do ensino público, gratuito e com qualidade social, e pela valorização do trabalho dos docentes da universidade brasileira.

As IFES, que são as principais responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de pesquisas do país, estão seriamente ameaçadas, em razão da política imposta pelo governo federal.

Ao submeter o país às imposições do Sistema Financeiro Internacional, o Governo Lula impõe à universidade pública brasileira uma situação de indignação, cujos reflexos penalizam principalmente os setores mais pobres da sociedade. Faltam recursos públicos para pesquisa, para recuperação de laboratórios e de prédios e, em algumas universidades, faltam recursos até para pagamento de luz, água e telefone. As bibliotecas das universidades estão desatualizadas. Faltam medicamentos básicos e materiais para dar atendimento digno à população nos hospitais universitários. Os salários dos servidores técnico-administrativos e dos docentes estão totalmente defasados. Em todas as universidades públicas brasileiras, estão faltando docentes e servidores técnico-administrativos para o adequado cumprimento de suas funções.

Essa situação é inaceitável, não somente em razão da política de arrocho salarial a que vem sendo submetida a categoria, mas, sobretudo, por falta de condições mínimas para a realização de pesquisas científicas que possam oferecer soluções concretas para os problemas que afligem nossa sociedade, colocando em risco o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do Brasil.

Em decorrência dessa situação, os professores das universidades brasileiras, por meio do seu Sindicato ANDES-SN, dirigem-se à sociedade brasileira para denunciar essa realidade de falência em que se encontra a educação superior no país e estabelecer um diálogo aberto e franco com todos os segmentos da sociedade comprometidos com uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.



INSTALAÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE (CNG) DO ANDES-SN, EM 30 DE AGOSTO DE 2005. FOTO: RICARDO BORGES (ANDES-SN)

Assim, conclamamos todos os setores comprometidos com a defesa da educação pública a prestar solidariedade ao nosso movimento e juntar-se a nós no esforço de alertar a sociedade brasileira para a situação política do país e para a necessidade de adoção de medidas que preservem este patrimônio público, de modo a garantir uma educação pública de qualidade e, efetivamente, para todos.

Brasília, 6 de setembro de 2005.

Comando Nacional de Greve dos Docentes das IFES

CNG REVELA O JOGO DO GOVERNO – UM BREVE HISTÓRICO DA NOSSA CAMPANHA SALARIAL

Documento de 03 de setembro de 2005

A greve nacional dos docentes das IFES, iniciada em 30 de agosto, é um fato. Se, no primeiro semestre de 2005, a indignação dos docentes diante da desrespeitosa decisão do governo de conceder reajuste de 0,1% não se transformou em mobilização, no segundo semestre, a situação é outra. Em resposta à indicação de construção da greve amplia-se a participação dos docentes em assembléias bem como a compreensão acerca da necessidade de se dar uma resposta ao descaso do governo. Aprofunda-se o debate sobre a política do governo para o serviço público e em particular para a universidade pública brasileira traduzida, inclusive, na deterioração de nossas condições de trabalho e de nossos salários.

(...)

Ao contrário da aniquilação do pensamento crítico da universidade pretendida pelo pensamento político hegemônico no país desde antes do atual governo e profundamente perseguida por este, inclusive com sua proposta de reforma da educação superior, os debates evidenciam a disposição dos docentes à reflexão crítica em relação ao momento pelo qual passa o país.

Uma das questões que surgiu no debate sobre a oportunidade ou não da greve em muitas assembléias foi a de que este poderia ser um momento inadequado para a greve por que o foco das atenções da sociedade estaria voltado para a crise política existente no país. Outra questão também presente em alguns debates foi a de que a nossa greve seria uma greve política com o objetivo de prejudicar o presidente Lula da Silva. Esta argumentação se mostrou extremamente frágil, pois, na prática, se associa à sustentação da política econômica, sendo esta a principal responsável pelos motivos que nos levaram à greve. Assim, os



professores não estão subsumindo que a blindagem do presidente Lula é necessária para que a economia não sofra abalos como pretende a grande mídia nacional.

Será que a punição de alguns corruptos e a tão propalada reforma política irão resolver os problemas de nossa defasagem salarial e da situação precária em que se encontra a universidade pública?

Sabedores de que os movimentos do governo para enfrentar a crise estão no caminho oposto ao da resolução do arrocho salarial a que estamos submetidos, os professores vêm aderindo à greve com a compreensão de que esse é o caminho para se lutar pelo atendimento das reivindicações. Mas esta luta tem seus percalços e, ao partirmos para a greve, é oportuno recuperarmos nossa experiência de luta sindical com o atual governo.

Recuperar a experiência para enfrentar as armadilhas

No primeiro semestre de 2003, o recém empossado governo federal chamou a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais, CNESF, da qual o ANDES-SN participa, para constituir um sistema nacional de negociações. Em 16 de

junho daquele ano, governo e CNESF firmaram o Protocolo que instituiu a Mesa Nacional de Negociação Permanente, MNNP. No mesmo dia, o Ministério do Planejamento noticiou o fato:

“Um marco de plenitude democrática”. Assim o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, definiu a assinatura, nesta segunda-feira, 16, do Protocolo que instituiu a Mesa Nacional Permanente de Negociação (MNNP) entre o Governo Federal e entidades representativas dos servidores públicos civis da União.”

“Hoje é um momento muito importante para todos nós e a democracia. Pela primeira vez na história deste País, a negociação sindical se torna institucionalizada”, disse o ministro Mantega, em um breve pronunciamento.

Ele observou ainda que o estabelecimento da Mesa de Negociação reflete uma mudança importante do Governo Lula, para cumprir o seu projeto de desenvolvimento sustentável no país, “combatendo as desigualdades e tendo o funcionalismo como parceiro neste grande desafio”. Nesse sentido, está encaminhando para a

discussão com os servidores uma proposta de Agenda Positiva.

“Guido Mantega fez questão de destacar que, no atual governo, o funcionalismo vem tendo a valorização que não teve nos governos anteriores. ‘Precisamos tornar o funcionalismo parceiro do Governo e para isso é necessário que os servidores recebam as condições necessárias, como boas condições de trabalho, salários mais dignos, estímulo à criação de carreiras, entre outros direitos’, disse o ministro.” (www.planejamento.gov.br – notícias, 16.06.03)

A disposição do governo em estabelecer negociações com os servidores, no entanto, já se evidenciava seletiva, pois ele havia recém enviado para o Congresso Nacional a PEC 40 (Reforma da Previdência), sem ter feito qualquer discussão com a representação sindical dos principais prejudicados por aquela medida, os servidores públicos. Mesmo assim, mostrando disposição em investir em negociações efetivas, as entidades sindicais assinaram o protocolo e passaram a participar das reuniões da Mesa.

No início de abril de 2004, quando a CNESF começava a campanha salarial daquele ano, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão), Sérgio Mendonça, convocou as entidades sindicais para uma reunião urgente da MNNP. Nesta, informou que o governo havia decidido que não concederia reajuste salarial para todos os servidores e que negociaria em separado com cada entidade. Praticamente dissolveu a MNNP. Dias depois apresentou sua proposta para os professores das IFEs, que consistia em reajuste na GED e na GID e que ficou conhecida como a “proposta de abril”.

Mais uma vez, mostrando disposição para o diálogo, as entidades, ainda que cobrando do governo o restabelecimento da negociação geral na MNNP,



REUNIÃO DA MNNP
FOTO: RICARDO BORGES (ANDES-SN)

participaram de reuniões específicas na busca de negociar melhorias para os segmentos que representam. O ANDES-SN e o SINASEFE participaram de diversas reuniões com representantes do MEC e do MPOG, sendo que, no início de junho, já havia uma evolução nas conversas, com os representantes do governo admitindo promover reajuste com a extinção da GED e da GID. No entanto, isso não se concretizou. Em julho, utilizando-se, mais uma vez, da tática de dividir as entidades sindicais, o governo firmou acordo com o SINASEFE e editou medida provisória extinguindo a GID e criando uma gratificação fixa e paritária, a GEAD. Isso se impôs como fato consumado para mais de dez mil professores da carreira de primeiro e segundo graus das IFES e, portanto, da base do ANDES-SN, sem que esta entidade tenha sido convidada para participar do acordo firmado.

O ANDES-SN, respaldado pelas decisões das assembleias das seções sindicais, mostrou, uma vez mais, disposição ao diálogo e, deixando de lado temporariamente as principais reivindicações da sua pauta, propôs ao governo que, também para o magistério do ensino superior, fosse extinta a GED e criada gratificação fixa e paritária. O governo, alegando não ter recursos para isso (comprovadamente faltavam apenas 72 milhões de reais), manteve a proposta de reajuste na GED, com fixação em 91 pontos para os aposentados (aumento de pontos equivalente a 5%), congelando a dos ativos temporariamente em 140 pontos. Rompeu as negociações e, em 20 de agosto, instituiu sua proposta por medida provisória.

No dia 30 de julho, o Ministro Tarso Genro, em entrevista, declarou:

“Desde 1998, os professores das universidades públicas não têm aumentos. Pela primeira vez, estão tendo aumentos com início de recuperação em seus salários. Há uma demanda histórica dos professores pela eliminação da GED e, portanto, uma aproximação dos vencimentos dos professores em atividade e dos aposentados. O governo está

fazendo uma proposta de gratificação intermediária, uma gratificação provisória, para iniciar o processo de eliminação da gratificação produtivista e com isso atender uma demanda histórica dos trabalhadores da área”, disse Tarso Genro.”

O secretário executivo adjunto do MEC, Jairo Jorge, também participou da entrevista e expressou, com mais detalhes, quais seriam as intenções do governo.

“Reivindicações – O secretário executivo adjunto do MEC, Jairo Jorge, explicou que a proposta governamental atende as três reivindicações que os professores têm apresentado nas negociações: a médio prazo, ela estabelece um caminho para a extinção da GED; busca reduzir as diferenças entre os professores que estão na ativa e os professores aposentados; e garante um percentual acima da inflação para todos os professores, sejam eles da ativa ou aposentados.

Essas três questões estão incorporadas nessa proposta, que é de transição. Nós queremos no futuro discutir com todos os professores a questão da incorporação dessas gratificações, buscar uma proposta isonômica entre ativos e aposentados e criar um ambiente dinâmico e de diálogo na universidade. O nosso objetivo é criar um espaço para o debate da reforma universitária.

O secretário lembrou, também, que esse aumento é o maior já oferecido à categoria. Sobre a não-extinção da GED neste momento, ele explicou que a proposta quebra a sua espinha dorsal, porque retira o caráter produtivista, ou seja, suspende as

avaliações. Essa é a reivindicação central e nós vamos caminhar de forma progressiva para extinguir a GED. Este é o primeiro passo.” (www.mec.gov.br – notícias, 30.07.04)

As declarações de intenções do governo já não encontravam eco na categoria, dada a experiência acumulada até então. A questão que o movimento docente debateu na ocasião é que se o governo manifestava a intenção acima, deveria traduzi-la imediatamente e não deixar para um futuro incerto a implementação do que afirmava estar de acordo: extinção da GED com paridade. No debate, alguns segmentos propuseram que se aceitasse a proposta do governo como um avanço e que se buscasse a negociação futura da extinção das gratificações, mas a posição majoritária das assembleias foi a de rejeitar a proposta do governo.

Hoje, após a reunião do GT do MEC do último dia 31/08, fica absolutamente evidente que o governo mentiu em 2004 e que mente em 2005. A definição sobre o destino da GED e a recuperação da paridade foram absolutamente abandonadas pelo MEC e este introduz um elemento que não faz parte da pauta de reivindicação dos docentes das IFES: o aumento de incentivos por titulação, que sequer seria para este ano.

O Secretário Jairo Jorge, nas reuniões em julho de 2004, apresentava a proposta do MEC com base em sua tese particular “da aproximação” expressa na citação acima. Argumentava que a proposta do governo se aproximava das reivindicações dos docentes no curto prazo e que elas seriam plenamente satisfeitas no médio prazo. O governo traduziu tal tese com a introdução na MP 208 de dispositivo que afirma que a GED seria paga no valor de 140 pontos para todos os professores da ativa, até que o Executivo baixasse novas normas de avaliação de desempenho e novos critérios de pontuação. Estabeleceu a MP 208 o prazo de 180 dias para que o governo procedesse tal ato. O prazo venceu em 20 de fevereiro de 2005. Traduziu a tese também com a portaria 4052, de 9 de dezembro de 2004, do Ministro da Educação, que instituiu grupo de trabalho “com a finalidade de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)”. Em que pese o prazo fixado pela MP 208, a portaria do

Ministro fixou o prazo de 150 dias para a conclusão dos trabalhos do GT. Isto é, até 9 de maio de 2005.

A disposição de diálogo do movimento docente, mais uma vez se expressou, com a participação do ANDES-SN no referido GT, ainda que já estivesse claro que a tese da aproximação era demagógica. O ANDES-SN levou diversas contribuições para o GT, como propostas para avaliação do trabalho docente, análise sobre os impactos financeiros para o restabelecimento da isonomia entre as duas carreiras hoje existentes com a equiparação da GED e da GEAD pelos valores mais altos, como passo para a incorporação e outras contribuições, com base nas deliberações das instâncias do sindicato.

Os trabalhos do GT evoluíram para o consenso de que a avaliação de desempenho do trabalho docente individual deva fazer parte da avaliação institucional e ser componente para a progressão na carreira e não para a remuneração diferenciada, como é o caso da GED. O consenso, no entanto, foi aparente. Esgotado o prazo fixado, o Ministro baixou nova portaria estendendo por mais 60 dias os trabalhos do GT e, depois, determinou nova prorrogação, até o final de setembro. Em junho, os representantes do MEC começaram a modificar o discurso, ignorando o consenso construído e defenderam que o GT viesse a trabalhar sobre proposta de nova carreira docente, ao mesmo tempo em que adotaram a proposta de aumentar os incentivos por titulação. A manobra consistia em que, sem sequer cumprir a tarefa que cabia ao GT, se iniciasse um processo que todos sabem ser longo, que é a construção, negociação e implementação de uma nova carreira. Até mesmo propostas que o governo havia anunciado anteriormente e que apontavam como medidas na direção de uma nova carreira, como a criação da chamada classe especial para a carreira de 1º e 2º graus e da classe de professor associado para a carreira do 3º grau, foram abandonadas.

Em 2005, os representantes do governo informam na MNNP que o



reajuste de 0,1% foi uma opção do governo, alegando que com isso cumpria-se a Constituição, e que reajuste salarial não é objeto de negociação e que, uma vez mais, trataria cada setor separadamente. Deixou claro, no entanto, que não haveria recursos para qualquer melhoria salarial. O novo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, em reunião com toda a bancada sindical, afirmou que todos os ministérios estavam autorizados a negociar com os servidores, desde que não resultasse em impactos orçamentários para 2005.

A manobra deste ano foi a de jogar cada segmento para tratar, no âmbito dos respectivos ministérios, de propostas que seriam negociadas entre as diversas pastas do governo para, até 30 de setembro, o Executivo apresentar modificações no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2006. Jairo Jorge tratou isso, em reunião do GT no final de junho, como sendo uma grande oportunidade. Isto é, não ter qualquer ganho salarial em 2005 seria a oportunidade de provável ganho em 2006, numa disputa entre diversos setores do funcionalismo. O Congresso Nacional adiantou-se derrubando o veto do presidente ao reajuste de 15% nos salários dos funcionários do legislativo, que passaram a ter como menor salário cerca de R\$ 3.200,00 e a média de cerca de R\$ 9.000,00, enquanto que a nossa remuneração em média é de R\$ 3.200,00 e o teto não ultrapassa R\$ 8.000,00 no topo da carreira. Os parlamentares garantiram fatia do orçamento de 2005 uma vez que o reajuste é retroativo a 1º de janeiro deste ano, comprometendo expressiva parte do montante que o MPOG pretende destinar para reajustes em 2006. Os militares e o poder judiciário tiveram reajustes. Entre os demais servidores públicos, só conquistaram algum ganho aqueles que foram à greve, como no caso dos servidores

da saúde e da previdência.

As experiências que temos tido com o atual governo que, diferentemente do governo anterior, promove inúmeras reuniões de aparente negociação com os sindicatos, mas que manobra, mente, enrola e, sobretudo, monta armadilhas a cada momento, exige um esforço muito grande do conjunto

do movimento para reflexão e debate a cada passo da atual jornada de lutas. É certo, neste momento, que o único caminho que temos é o da luta, com a ampliação e o fortalecimento da greve.

A política econômica é boa para quem?

A greve é, portanto, nossa opção consciente. Mas não está ao nosso alcance a escolha da situação política do país. Tampouco somos responsáveis pela crise política. Mas, se não escolhemos a conjuntura, devemos analisá-la, como temos feito, para melhor orientar as ações do movimento grevista na busca da obtenção de nossos pleitos. Cabe destacar que o consenso em defesa da política econômica amplamente divulgada pela mídia, como destacado anteriormente, não reduz a sua vulnerabilidade, tampouco reduz as possibilidades de aprofundamento, ainda maior, de medidas fiscalistas para a ampliação do superávit primário, e não é por outra razão que o governo impõe a fusão da previdência com o fisco e já se fala em nova reforma da previdência. A conjuntura atual nos impõe compreender que a economia brasileira não vai bem e que ela não é uma consequência das políticas nacionais traçadas pelo governo Lula via Palocci e sim está subordinada a uma lógica capitalista internacional.

Portanto, qualquer crise ou fenômenos econômicos ocorridos em países como os Estados Unidos trazem reflexos e consequências imediatas para a economia brasileira. Por exemplo, o Furacão Katrina provocou um prejuízo estimado em 100 bilhões de dólares ao governo norte-americano e às seguradoras. Isto, conforme já anunciado nos noticiários internacionais, impelirá ao FED (Banco central norte-americano) um aumento nas taxas de

juros e ao próprio governo norte-americano a pedir ao Congresso a emissão de dólares. Por conseguinte, os investimentos especulativos do capital internacional, em especial do capital volátil, deslocarão imediatamente para os EUA fazendo com que o risco Brasil e a inflação aumentem.

Esta semana a imprensa noticiou que os investidores internacionais estão preferindo o mercado Argentino ao Brasileiro, isto em decorrência da retomada daquele país ao pagamento de sua dívida externa.

O que temos, portanto, que ter clareza é de que o modelo econômico adotado por Palocci, que prevê aumento do superávit primário, só está exaurindo a capacidade de nosso país para sair da crise. Para se ter uma dimensão deste equívoco, destacamos que somente de janeiro a julho deste ano o superávit primário alcançou uma cifra superior a 60 bilhões de reais, que não foram suficientes para pagamento dos juros das dívidas. Conseqüentemente, o governo teve que lançar mais títulos da dívida no mercado interno e tem sido por isso que o COPOM tem mantido a taxa de juros altos, pois para que os investidores comprem estes títulos é necessário que o governo lhes garanta um bom retorno, e é desta forma que, apesar do pagamento de mais de 190 bilhões de reais este ano só de juros, a nossa dívida ultrapassará a casa de um trilhão de reais. Em outras palavras, apesar do pagamento dos juros exorbitantes a nossa dívida cresce de maneira a provocar um colapso total de nossa economia com sérios danos sociais em pouco tempo.

A concentração de riqueza atinge níveis cada vez mais absurdos, o endividamento dos trabalhadores aumenta a partir da ampliação de empréstimos com descontos em folha, inclusive para os aposentados, propostos e implementados pelo governo Lula e pela CUT. Endividamento este que trará conseqüências econômicas graves à indústria e ao comércio, conforme anunciado pelas federações do comércio e da indústria, que prevêem que o natal de 2005 será o mais amargo para os trabalhadores, devido à contínua perda do poder de compra dos salários e o conseqüente endividamento, e o mais doce e lucrativo natal para os banqueiros.

Em greve com autonomia e independência

Diante da crise, rearranjos políticos dos mais diversos vêm ocorrendo, desde a ampliação do leque partidário no governo com a doação de ministérios até os novos acomodamentos da direita nas legendas partidárias: Delfim Neto, por exemplo, sai do PP e vai para o PMDB. O mesmo Delfim Neto, autor da proposta de déficit nominal zero acolhida pelo governo em sua pauta de debates sobre a política econômica, evidenciando uma clara opção política não só pela blindagem da atual política econômica como também pela possibilidade de adoção de medidas que aprofundarão ainda mais a retirada de direitos dos trabalhadores.

Cada vez mais fica clara a convergência de propostas do governo e da oposição no que se refere ao que é central hoje para ambos: manutenção e aprofundamento da atual política econômica.

Em tal contexto, a autonomia do movimento sindical e dos movimentos sociais em relação ao governo é fundamental, pois do contrário estes movimentos estarão contribuindo para a proteção da política econômica. Nossa greve se assenta no terreno da autonomia e seu sucesso dependerá não da ação das forças que promovem a defesa do governo, mas de nossa capacidade em trilhar o caminho da independência e do apoio que formos capazes de obter junto à sociedade.

Nosso sindicato está nesse caminho e foi por isso que teve papel importante na marcha do dia 17 de agosto convocada pela CONLUTAS e outras entidades, num protesto contra a corrupção, mas também contra as reformas que tiram direitos dos trabalhadores e contra a política econômica do governo Lula/FMI. Aquela foi apenas uma manifestação que marca o início de uma ampla jornada de lutas, mas que reuniu mais que o dobro do número de participantes do ato convocado pelas direções da UNE, da CUT, do MST e de outras entidades em apoio ao governo Lula contra suposto golpe da direita. A posse da nova diretoria da UNE, ocorrida em 31 de agosto de 2005, foi feita dentro do Congresso Nacional e foi mais um ato em apoio ao governo, no qual, até mesmo Zé Dirceu foi convidado para compor a mesa.

Nossa greve não tem por objetivo resolver a crise política do país, o que seria uma pretensão absurda, mas também não haverá saída positiva para a atual crise política, sob o ponto de vista dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população, se os diferentes movimentos sociais não assumirem plenamente a autonomia em relação aos partidos políticos e, sobretudo, em relação ao governo.

Não estamos sós nessa luta. Como já recomendado pelo CNG, devemos intensificar as ações conjuntas com outros segmentos em greve, principalmente com nossos colegas de trabalho, os servidores técnico administrativos das IFES, mas também com os professores e servidores da base do SINASEFE, entidade com a qual estamos trabalhando na busca de conquistarmos negociação de carreira com o MEC.

O momento é oportuno para aprofundarmos as relações com as entidades da área da educação. Segundo pesquisa divulgada no dia 28/08/05 pela Rede Globo de Televisão, no Programa Fantástico a sociedade perdeu a credibilidade nos partidos políticos, diminuiu a confiança nas entidades religiosas e aumentou em relação às instituições de ensino. Tal credibilidade também se expressa na importância que a maioria da sociedade ainda concede aos professores, mas que é um segmento profundamente desvalorizado pelas políticas governamentais e pelos empresários da educação privada. A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social é o caminho para a

conquista do apoio social à nossa greve.

O resultado de uma greve não está definido a priori, mas em situações de ausência de negociações, ela ainda é o único instrumento de luta da classe trabalhadora.

Foi somente a partir das greves, em especial nas realizadas nos últimos 20 anos que conseguimos não só ganhos salariais efetivos, mas também manter a universidade pública viva. A título de exemplo destacamos que em 1985, após uma greve de 45 dias, tivemos um reajuste salarial de 75,06 % e a liberação de verbas para as IFES (70 bilhões de cruzeiros para as IFES); em 1987, após 44 dias de greve, o Congresso Nacional aprovou a lei do PUCRCE (Plano único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos); após 66 dias de greve em 1989 conseguimos, dentre outras coisas, a liberação de 60 bilhões de cruzados novos; em 1993, resultado de uma greve de 31 dias, conseguimos reajuste salarial escalonado de 85%; em 2000, após 87 dias de greve, conseguimos barrar o projeto de autonomia do MEC e o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Emprego Público do governo FHC; em 2001, após 108 dias de greve, conseguimos abertura de concurso para o preenchimento de duas mil vagas para docentes nas IFES, equiparação entre GED e GID e reajuste salarial variando entre 8 e 15%.

As possibilidades de resultado positivo da atual greve, como de todas as outras vezes, dependerão menos da capacidade de nossos negociadores junto ao governo do que da força e coesão do movimento. A adesão a uma

greve é antes de tudo um ato de responsabilidade em relação ao conjunto dos colegas de trabalho. Greve é um período em que a rotina é quebrada, que as hierarquias da instituição são temporariamente desfeitas. Na greve não há relação de mando. Tampouco o sindicato e os comandos de greve reproduzem o modelo hierárquico da organização institucional. Na greve, a ordem jamais vem de cima, ela emana da participação de todos: participação em reuniões nas unidades, nas assembleias gerais, nos comandos locais e nacional de greve, nos debates, nas atividades artísticas e culturais, etc. Enfim, se a rotina do trabalho tem provocado o isolamento, o desencontro, a greve é o período do encontro de todos nós e disso depende sua vitalidade e sua força.



*É hora de adentrarmos o mundo das incertezas.
É hora de atravessarmos o Rubicão.
"alea jacta est". Vamos à greve!*

FONTE: Comunicado nº 03 do Comando Nacional de Greve (CNG).

Pauta de reivindicações do Setor das IFES

- 1.Reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;
- 2.Incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;
- 3.Retomada dos anuênios;
- 4.Implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;
- 5.Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;
- 6.Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES

PREVISÃO DE REAJUSTE PARA O SERVIDOR NO ANO DE 2006 NÃO ULTRAPASSARÁ A CASA DOS 2%

Em recente reunião com o assessor da liderança do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na Câmara dos Deputados, Flávio Tonelli, os representantes dos Comandos Nacionais de Greve do ANDES-SN, do SINASEFE e da FASUBRA foram informados que, "para educação, a única previsão orçamentária para o ano de 2006 é a utilização de, aproximadamente, R\$480 milhões para a abertura de concursos que seriam destinados ao preenchimento de 8.402 vagas", destinadas às áreas de Seguridade Social, Educação e Esportes.

Tonelli informou ainda que "a previsão de reajuste para o servidor no ano de 2006 não ultrapassará a casa dos 2% e que os gastos com pessoal e custeios foram amarrados em 17% do PIB, o qual leva à suposição de que, para o ano de 2006, o arrocho será ainda maior, pois não serão permitidos gastos que ultrapassem os percentuais alocados". Esses dados estão disponíveis no anexo V da Lei Orçamentária Anual (LOA), na página eletrônica da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br/internet/orcamento/principal

FONTE: Comunicado do Comando Nacional de Greve, nº 7, publicado em 17 de setembro de 2005.

ANDES-SN E SINASEFE PROMOVEM SEMINÁRIO PARA DISCUTIR CARREIRA DOCENTE

Os Grupos de Trabalho de Carreira do ANDES-SN e do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) realizaram um seminário conjunto, em Brasília, nos dias 10 e 11 de setembro, para discutir a construção da Carreira Única dos Docentes do Sistema Federal de Ensino. O evento teve a seguinte pauta: 1) apresentação dos princípios de carreira já elaborados pelas duas entidades; 2) levantamento de estratégias para encaminhamento conjunto das demandas comuns e relativas à Carreira Única.

Um dos principais encaminhamentos deste seminário foi o de remeter para as bases “os temas constantes do relatório [publicado pelo ANDES-SN como a circular nº 278/2005] (...) como atividade de greve, com retorno para uma oficina que será realizada em Brasília, nos dias 24 e 25 de setembro de 2005”. O debate sobre a carreira torna-se cada vez mais importante, sobretudo na atual conjuntura de greve dos docentes das IFES.

Inicialmente, as duas entidades apresentaram suas propostas acerca da carreira docente e, após ampla discussão, encaminharam pela constituição de um GT Intersindical ANDES-SN – SINASEFE. Este GT, entre outras atribuições, terá as tarefas de levantar as diferenças e semelhanças entre as propostas das duas entidades e de realizar “diagnóstico das peculiaridades existentes sobre os aposentados no processo de reestruturação da carreira”. Caberá ao GT Intersindical ANDES-SN – SINASEFE avaliar as especificidades de cada IFE (Instituições Federais de Ensino), elaborar a proposta “de carreira única com possível interlocução no processo negocial” e realizar estudos que contemplem a seguinte temática: capacitação, avaliação de desempenho, estrutura, classes, níveis e requisitos gerais.

Durante o evento, aprovou-se também que o ANDES-SN e o SINASEFE pressionem o MEC para que discuta, com representantes das duas entidades, as demandas sobre a Carreira Única, buscando efetivar sua implementação, em breve.

Posteriormente, cerca de 40 pessoas, que representavam as duas entidades, subdividiram-se em grupos temáticos para discutir acerca da legislação, avaliação de desempenho, capacitação, estrutura da carreira docente e aposentadoria. Representantes do ANDES-SN e do SINASEFE esperam que estes temas sejam amplamente discutidos nas bases dos dois sindicatos. Esta decisão cumpre o encaminhamento do 50º CONAD e do 24º CONGRESSO do ANDES-SN, que determina que o Sindicato Nacional dê continuidade às ações comuns com o SINASEFE com vista à construção da Carreira Única dos Docentes do Sistema Federal de Ensino.

O PROJETO DE LEI DE CARREIRA ÚNICA PARA O MAGISTÉRIO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, PROTOCOLADO NO MEC EM 30 DE JUNHO DE 2000 PELO ANDES-SN, ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA SEDE DA ADUR-RJ. AGUARDE A PUBLICAÇÃO DO PRÓXIMO NÚMERO DO ADUR INFORMA. A EDIÇÃO Nº 76 DICUTIRÁ A CARREIRA DOCENTE.

CARREIRA ÚNICA PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO PROPOSTA DO ANDES – SN

POR QUE CARREIRA ÚNICA?

- **ELIMINAR A CONCEPÇÃO DUAL QUE PRECONIZA A EXISTÊNCIA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE MELHOR E PIOR QUALIDADE:**
 1. OS NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA QUE SE DEDICAM À PESQUISA E REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DAS ELITES.
 2. AS DEMAIS SE LIMITAM À TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO COM VISTAS A PROFISSIONALIZAÇÃO DAQUELES QUE CONTAM COM MENORES RECURSOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS.

PRINCÍPIOS DE CARREIRA

- UNIFICAÇÃO DA CARREIRA PARA OS DOCENTES DAS IES QUE ATUAM EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO NAS REDES FEDERAIS E ESTADUAIS;
- INGRESSO NA CARREIRA POR CONCURSO PÚBLICO;
- ADMISSÃO NAS IES PÚBLICAS PELO RJU;
- EXIGÊNCIA DA TITULAÇÃO COMO PRINCÍPIO ESSENCIAL NA ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA;
- PROGRESSÃO NA CARREIRA ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ACADÊMICO E TITULAÇÃO;
- PROGRESSÃO PARA O ÚLTIMO ESTÁGIO DA CARREIRA POR CONCURSO INTERNO;
- EXIGÊNCIA DE UMA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE COMO SUPORTE PARA A EFETIVAÇÃO DA PROPOSTA DE CARREIRA;
- ATRIBUIÇÕES ACADÊMICAS ESPECÍFICAS PARA AS DIFERENTES CLASSES;
- ADOÇÃO DO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA COMO PREFERENCIAL;
- INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO;
- ISONOMIA DE REMUNERAÇÃO ENTRE AS IFE;
- PERÍODO DE TRANSIÇÃO E EXIGÊNCIA DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE.

ESTRUTURA DA CARREIRA ÚNICA CLASSES NÍVEIS TITULAÇÃO EXIGIDA

- PROFESSOR AUXILIAR (NÍVEIS A E B): GRADUAÇÃO
- PROFESSOR ASSISTENTE (NÍVEIS A E B): MESTRADO
- PROFESSOR ADJUNTO (NÍVEIS A E B): DOUTORADO
- PROFESSOR ASSOCIADO (NÍVEIS A E B): DOUTORADO
- PROFESSOR PLENO (NÍVEL ÚNICO): DOUTORADO

Fonte:

Relatório final do seminário “Estratégias de articulação entre as diferentes modalidades da Educação e do Ensino Superior”, realizado nos dias 17, 18 e 19 de junho, em Curitiba-PR, promovido pelo ANDES-SN e SINASEFE.

COMANDOS NACIONAIS DE GREVE DO ANDES-SN E DO SINASEFE ANALISAM OS PONTOS COMUNS DAS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES DAS ENTIDADES

Em reunião, no dia 8 de setembro, os Comandos Nacionais de Greve do ANDES-SN e do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) discutiram os seguintes pontos de pauta: a) solicitar audiência conjunta das Entidades com o MEC; b) identificar pontos comuns das pautas de reivindicações; c) encaminhamentos.

Inicialmente, os representantes das duas entidades prestaram alguns informes sobre a greve. Posteriormente, debateram os demais pontos de pauta e decidiram enviar um ofício ao MEC, pelo qual solicitarão audiência conjunta das entidades com o Governo. A pauta comum aos dois Comandos Nacionais de Greve bem como os pontos que forem específicos a cada entidade devem conter neste documento.

Abaixo, apresentamos os seguintes pontos comuns às duas entidades, a partir da análise das pautas de reivindicações do ANDES-SN e do SINASEFE:

1. POLÍTICA SALARIAL:

- 18% de reajuste emergencial, como antecipação das perdas salariais de 1995 até 2005;
- Calendário de Recomposição das perdas salariais dos Servidores das IFEs, a partir da inflação acumulada desde 1995 que, segundo o DIEESE, já ultrapassa os 155%;
- Data-Base para 1º de maio;
- Reposição anual do índice de inflação calculado pelo ICV/DIEESE;
- Paridade entre Ativos e Aposentados;
- Retomada dos anuênios.

2. POLÍTICA DE PESSOAL:

- Concurso Público para Novos Docentes e Técnico-Administrativos em Educação para reposição de todas as vagas nas das IFEs;
- Equiparação da remuneração dos Professores Substitutos com a dos Professores Efetivos, garantindo, inclusive, os mesmos direitos trabalhistas;

3. CARREIRA DOS DOCENTES:

- Incorporação da GEAD e da GED, pelo maior valor da titulação, após uma equiparação de valores por titulação entre as duas gratificações, com paridade;
- Incorporação da GAE ao vencimento básico dos Docentes, assim como já foi efetuado no caso dos Técnico-Administrativos em Educação;
- Abertura imediata da discussão de uma Nova Carreira para os Docentes, com o estabelecimento de um calendário em que o MEC, ANDES e SINASEFE discutam e definam um novo projeto de carreira para este segmento;
- Restabelecimento da Titularidade ou implementação já das Classes Especial e de Professores associado, respectivamente para a carreira de 1º e 2º graus e para a carreira do ensino superior, incluindo os aposentados, desde 1998;

São pontos específicos do SINASEFE:

1. PLANO DE SAÚDE:

- Implantação e custeio pelo Governo de Plano de Saúde para os Trabalhadores das IFEs - Não existe uma política desse Ministério implementando Planos de Saúde para os Servidores, Docentes e TAEs, das Instituições Federais de Ensino, o que vem mantendo uma distorção entre os Servidores de um mesmo Ministério, por exemplo, os que trabalham diretamente no MEC e aqueles que estão lotados nas IFEs. É preciso estender, o quanto antes, o benefício dos Trabalhadores do MEC aos Trabalhadores lotados nas Instituições Federais de Ensino;

2. DEMOCRATIZAÇÃO DAS IFES:

- Mudança no Decreto das Eleições das IFEs, assinado pelo Presidente Lula, que dispõe sobre o processo eleitoral para Diretor Geral, permitindo que os Técnico-Administrativos em Educação também possam se candidatar ao cargo;
- Mudança no Decreto das Eleições das IFEs, assinado pelo Presidente Lula, que dispõe sobre o processo eleitoral para Diretor Geral, permitindo que os Aposentados possam votar e ser votados no referido processo.

ENTIDADES REÚNEM-SE COM O COMANDO NACIONAL DE GREVE DA FASUBRA

No mesmo dia 8 de setembro, representantes do CNG do ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) também reuniram-se para discutir sobre a greve, que tem crescido, nacionalmente, junto aos filiados das três entidades. Representantes da FASUBRA estiveram em audiência com o governo, que condicionou as negociações da segunda etapa do projeto de carreira dos servidores técnico-administrativos à suspensão da greve.

Os presentes concluíram que não é possível construir um CNG unificado das três entidades, mas que é imprescindível que se construam ações coletivas para promover a unidade do movimento grevista nos estados, a partir de suas bases.

Também deliberaram pela realização de reuniões conjuntas dos Grupos de Trabalho sobre Orçamento e Carreira, assim como pelo calendário de reuniões periódicas as terças e sextas, sempre às 10 horas, com representantes do CNG das três entidades. Os presentes concordaram em permanecer pressionando o MEC para que retome a Mesa Setorial de Negociações da Educação, para discutir as questões conjuntas das categorias. Ainda deliberaram para que as demais entidades participem como observadoras, sempre que uma delas for chamada para audiência com o governo.

Durante a reunião, houve a proposta de se avaliar, em breve, a viabilidade de se realizar um ato conjunto, em Brasília, no dia 4 de outubro.

Em 20 de setembro, na sede do ANDES-SN, representantes do CNG das três entidades (ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE) reuniram-se, novamente, para avaliar o movimento.

Representantes da FASUBRA informaram que, segundo o deputado Gilmar Machado, existe disponibilidade de R\$ 320 milhões, já previstos no orçamento de 2006, para executar a segunda fase do plano de carreira dos técnico-administrativos das IFES. De acordo com o CNG da FASUBRA, existem 39 IFES em greve.

Os representantes do SINASEFE divulgaram que existem 21 seções sindicais em greve e que realizarão acampamento com vigília no MEC nos dias 28, 29 e 30 de setembro.

Segundo representantes do ANDES-SN, é preciso realizar atividades conjuntas, ainda que existam pautas específicas para cada segmento, com o objetivo de fortalecer a greve.

Por informações do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, docentes de 24 IFES já paralisaram as atividades. Nos próximos dias, novas assembleias gerais serão realizadas pelas seções sindicais e existe a possibilidade de que mais entidades possam aderir à greve nacional, que teve início no dia 30 de agosto.

MEC “RATIFICA PROPOSTA” APRESENTADA NA ÚLTIMA REUNIÃO DO GT

O Ministério da Educação “ratificou a proposta” do governo às reivindicações docentes, já apresentada no dia 31 de agosto, por ocasião da última reunião do Grupo de Trabalho do MEC – criado no final de 2004 para tratar das incorporações das gratificações ao salário da categoria.

Por meio do ofício nº 492/2005/MSN/SEAD/MEC, datado de 5 de setembro passado, o MEC comunicou formalmente aos componentes deste GT – ANDES, Profites, ANDIFES e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) – que mantém a seguinte proposta:

- a) Aumento de 50% dos atuais percentuais de titulação, a partir de janeiro de 2006;
- b) Estabelecimento de um cronograma de incorporação da Gratificação de Atividade Executiva - GAE;
- c) Transformação do atual GT em GT-Carreira que irá elaborar proposta de reestruturação da carreira do magistério superior que contemple, dentre outros, a criação da classe de professor associado”.

Pelo documento nº 4, o CNG/ANDES-SN alerta e esclarece que “é necessário refletirmos sobre o conteúdo da referida proposta” do MEC:

“1. Em primeiro lugar, a nossa pauta de reivindicações exige, dentre outros pontos, o reajuste emergencial de 18%, a incorporação imediata das gratificações (GED, GEAD e GAE) e a isonomia salarial entre ativos e aposentados;

2. Em segundo lugar, a proposta do MEC não somente não contempla as reivindicações do Movimento Docente, como também remete para 2006, qualquer perspectiva de discussão (*incorporação da GAE*) ou recomposição salarial (*aumento sobre titulação*);

3. Em terceiro lugar, a reestruturação da carreira docente deve ser compreendida em sua totalidade, e seus desdobramentos devem contemplar as propostas indicadas em colaboração com o SINASEFE, não cabendo, portanto, aceitarmos a transformação do atual GT em GT-Carreira”.

É preciso ressaltar que o ofício encaminhado pelo MEC sugere a existência de um processo de negociação entre o governo e as demais entidades, mas que o mesmo Ministério suspendeu, há mais de um ano, a Mesa Setorial de Negociação Permanente e que não estabeleceu, “um canal de negociações com o CNG/ANDES-SN”.

De acordo com o documento nº 4, divulgado pelo Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, o Sindicato Nacional foi a última das entidades a receber o ofício elaborado pelo MEC, tendo em vista que o Ministério adotou uma prática não usual – encaminhou o ofício para o e-mail da Presidente do Sindicato – para transmitir um documento de tamanha importância.

Assim, o mesmo informe divulgado pelo CNG/ANDES-SN conclui que “os procedimentos e a proposta do MEC pretendem confundir e desmobilizar os professores, não somente desrespeitando sua instância representativa, mas também a sua pauta de reivindicações”.

O ANDES-SN chama atenção que, uma vez instaurada a greve e instalado o CNG (o que aconteceu no último dia 30 de agosto), o Comando Nacional de Greve e o Sindicato Nacional são os dois porta-vozes legítimos dos docentes para qualquer negociação, não havendo razão para que o MEC permaneça insistindo na instância GT MEC.

ANDES-SN PARTICIPA DE ATO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Frente Parlamentar e Social em Defesa da Universidade Pública e Gratuita realizou, no dia 21 de setembro, audiência pública na Câmara dos Deputados com o objetivo de reunir forças sociais e parlamentares em defesa da abertura de negociações entre o governo federal e o movimento grevista dos docentes e dos técnicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Cerca de 160 pessoas participaram do evento, entre parlamentares, grevistas do ANDES-SN, da FASUBRA, SINASEFE e estudantes da UnB.

Na ocasião, o Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN entregaram documentos sobre a greve e o Projeto de Lei do ANDES-SN para a Universidade Pública. São eles: “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”; “Financiamento da Educação”; “Democratização da Educação” – todos apresentados no 6º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília, nos dias 20 e 21 de agosto.

Os parlamentares que participaram desta audiência ressaltaram que as reivindicações dos professores e dos trabalhadores em educação no serviço público são justas. Eles argumentaram que é preciso lutar pelo comprometimento de todos na efetiva abertura de negociações entre os Sindicatos e o governo, assim como garantir mais verbas para a educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em 2006.

Em 20 de setembro, o CNG divulgou “Carta do CNG aos Parlamentares” e visitou gabinetes, especialmente o de deputados e senadores das comissões de orçamento e de educação.

Esta carta – que também foi entregue ao Ministro do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado – apresenta as principais motivações do movimento docente e recupera um histórico das greves nas universidades federais.

Por meio deste documento, o CNG solicitou auxílio dos parlamentares para que pressionassem o governo a negociar com o movimento. Com esta ação, a greve também foi divulgada entre os congressistas que participavam de uma reunião da Comissão Mista de Orçamento.

A ÍNTEGRA PROJETO DE LEI DO ANDES-SN ESTÁ DISPONÍVEL NA PÁGINA DO SINDICATO NACIONAL: [HTTP://WWW.ANDES.ORG.BR/PROPOSTA_EDUC.HTM](http://www.andes.org.br/proposta_educ.htm)



ESTUDANTE, POR QUE A GREVE É IMPORTANTE PARA VOCÊ?

Por mais de um ano buscamos dialogar com o governo na tentativa de discutir nossa pauta de reivindicação. No entanto, ao longo de todo esse período não houve avanço no atendimento de nenhum item da pauta, o governo afirmou todo o tempo, categoricamente, que não dispunha de recursos financeiros para reajuste salarial. Sabemos que isso não é verdade, pois para as categorias de servidores públicos que lutaram e obtiveram mais que 0,1% de aumento, para conceder o reajuste dos funcionários do legislativo retroativamente a novembro de 2004, para pagar antecipadamente os juros da dívida externa e até para financiar o pagamento do mensalão, os recursos aparecem.

Em reação a essa situação de tergiversação e de negação de direitos absolutamente legítimos da nossa categoria, deflagramos greve no dia 30 de agosto, conforme nossos princípios de lutar com todos os instrumentos que consideramos pertinentes e necessários para a defesa das nossas reivindicações. A universidade pública integra o conjunto das políticas públicas que devem ser desenvolvidas pelo Estado para atender aos direitos do cidadão brasileiro, A defesa dos direitos dos que nela trabalham é garantia do pleno oferecimento dos seus serviços a todos os que deles precisam. Trata-se, pois, da defesa do próprio interesse público.

Destacamos que aqueles que criticam a greve omitem o fato de que sempre entendemos que o diálogo pressupõe a disposição mútua em possibilitar a resolução de um impasse. Esta greve está ocorrendo porque, mais uma vez, se reproduz a intransigência do governo em não negociar a nossa pauta de reivindicações, mesmo as de caráter emergencial. Todas as greves já realizadas foram instrumentos legítimos contra estas atitudes intransigentes dos governos.

É importante refletir: a valorização do trabalho docente incide diretamente sobre a formação dos estudantes tanto do ponto de vista acadêmico quanto da sua valorização profissional. O objetivo da universidade pública não é somente emitir diplomas, mas também preparar indivíduos capazes de produzir conhecimento crítico e avançado. É por essa razão que os egressos das instituições públicas de ensino superior são muito mais valorizados do que aqueles oriundos das instituições particulares. Nós, docentes, somos co-responsáveis por essa preparação e, como qualquer trabalhador, temos direito a um salário digno que expresse o reconhecimento da nossa atividade. Por fim, lembramos que a degradação salarial afasta muitos de nossos melhores quadros e é do interesse do estudante ter bons professores.

A reposição de vagas para recomposição do quadro permanente faz parte de nossa pauta e é fundamental ao estudante e à sobrevivência da universidade pública. A renovação da produção intelectual e acadêmica, a abertura de mais vagas em novos cursos e disciplinas e a diminuição da sobrecarga de trabalho que garanta o pleno aproveitamento da qualificação do docente para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão são imprescindíveis e, devem ser compreendidas pelos governos.

É preciso ter clareza de que a produção acadêmica, intelectual e científica atende a demandas permanentes do conjunto da sociedade. No Brasil, em qualquer ramo de atividade ou área de interesse público, a atualização dos conhecimentos depende majoritariamente de pesquisas desenvolvidas na universidade pública, por isso ela é tão essencial. Aliás, não é por outra razão que, mesmo depois de diplomado, um profissional graduado ou pós-graduado permanece se beneficiando da produção contínua do conhecimento, que é o nosso trabalho.

Dessa forma, convidamos cada estudante a participar da luta por mais verbas para as universidades públicas, por mais vagas no ensino público de nível superior, pela abertura de concursos para o seu quadro permanente, pela melhoria dos salários dos que nela trabalham, por melhores condições para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão como, por exemplo, bolsas de pesquisa para os estudantes, laboratórios equipados, bibliotecas atualizadas, recursos para capacitação, entre outros. Esta é, portanto, uma luta justa e uma necessidade inquestionável para a manutenção de uma universidade, pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada.

GREVE É UM INSTRUMENTO LEGÍTIMO! A HORA É DE FIRMEZA E UNIDADE!

COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS IFES – ANDES/SN

CALENÁRIO DE LUTAS DO ANDES-SN

- 06 a 07/10 – Abertura do III Seminário Regional sobre Carreira Docente ANDES-SN - SINASEFE - Estratégias de Articulação entre as diferentes modalidades da Educação e do Ensino Superior, em Teresina (PI)
- 08 a 09/10 – Reunião do GT-Fundações do ANDES-SN, em Brasília
- 21 a 23/10 – Encontro dos Docentes do Setor das IPES, em Brasília
- 28/10 – 4º Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN, em Brasília

MEC INVIABILIZA

DEBATE SOBRE A GREVE

No dia 22 de setembro, às 12h45, o SBT levaria ao ar um debate ao vivo sobre a greve nas IFES. A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa e um representante dos alunos (DCE) da UnB participariam do debate. Contudo, naquele mesmo dia, a emissora entrou em contato com o Sindicato Nacional e informou que o Ministério da Educação (MEC) não havia, até aquele momento, indicado representante – fato que inviabilizava o debate. Segundo Marina Barbosa, mais uma vez, o MEC desrespeita os docentes e se nega a dialogar sobre as reivindicações da categoria em espaços públicos.



MINISTÉRIO QUER GARANTIR EM LEI O DESCONTO DOS DIAS PARADOS DE GREVISTAS DO SETOR PÚBLICO

PROJETO VAI REGER DIREITO DE GREVE DE SERVIDOR

O governo Lula prepara um Projeto de lei para regulamentar o direito de greve no serviço público. O texto está sendo negociado com representantes de entidades sindicais e deverá ser submetido a audiência pública em meados de outubro, anuncia o secretário nacional de Relações do Trabalho, Oswaldo Bargas. Segundo ele, a intenção é encaminhar a proposição ao Congresso ainda este ano.

Difícilmente, antecipa, haverá acordo sobre todos os pontos. Ciente de que as lideranças sindicais não vão aceitar, o governo não abre mão de incluir no projeto um dispositivo que lhe garanta o direito de "cortar o ponto" e, assim, descontar os dias parados do salário de quem fizer greve.

A falta dessa garantia, hoje, torna o governo refém do funcionalismo público. Na ausência da regulamentação, as decisões judiciais sobre pagar ou não os dias parados dependem da cabeça de cada juiz e, na maioria dos casos, são favoráveis aos grevistas. Isso tira dos administradores públicos um importante instrumento de barganha. "As greves não podem ser férias. O governo não pode continuar pagando a quem não está trabalhando", diz o secretário.

Outro dispositivo que o governo já decidiu incluir no projeto diz respeito à representatividade das assembleias que decidem pelas paralisações. Na proposta do Executivo, só servidores ativos poderão deliberar. Não raras vezes, elas são deflagradas ou prorrogadas em assembleias nas quais a grande maioria é de aposentados, o que favorece a radicalização e a longa duração dos movimentos. Como não podem ser atingidos pelo eventual "corte do ponto", os servidores inativos, graças à regra da paridade, só têm a ganhar, porque os reajustes salariais são extensivos às aposentadorias e pensões.

Bargas antecipa que o projeto de regulamentação dá ao governo o direito de fazer contratações de emergência e temporárias de pessoal, para assegurar a não-interrupção de serviços essenciais à população e ao funcionamento da máquina administrativa.

O direito de greve no serviço público existe desde a Constituição de 1988. Como nunca foi regulamentado, tem sido exercido de modo abusivo por segmentos do funcionalismo, diz o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. O mais emblemático exemplo de greve abusiva, na sua opinião, é a dos funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), movimento que fechou postos por quase três meses. Ele também considera abusivas as paralisações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos anos. "O pessoal do IBGE fez três greves (desde o início do atual governo), todas muito longas."

O governo Lula entende que não basta disciplinar o direito de greve. "Não pode haver uma lei de greve sem que se crie junto um sistema de negociação coletiva e de solução de conflitos", diz Bargas, ex-sindicalista. Por isso, informa, o projeto em elaboração trata desse aspecto e está sendo discutido com entidades sindicais. A idéia é institucionalizar e aprimorar a experiência da Mesa Nacional de Negociação Permanente, fórum criado pelo atual governo para discutir questões salariais com lideranças do funcionalismo.

O sistema previsto no projeto permite, no âmbito federal, negociações coletivas em três diferentes níveis: geral, setorial e específico (demanda localizada de uma carreira, por exemplo). A lei que resultar do projeto valerá para os servidores federais, estaduais e municipais. E caberá a Estados e municípios definir como funcionarão os seus sistemas de negociação.

As negociações deverão levar em consideração a disponibilidade de recursos nos orçamentos públicos e o princípio da reserva legal do Poder Legislativo, a quem cabe aprová-los. Em outras palavras, ambos os lados terão de considerar que o Executivo tem autonomia relativa e limitada para negociar aumentos salariais.

De acordo com o projeto, os gestores públicos não poderão se recusar a negociar. Se não houver acordo e os servidores deliberarem greve, serão exigidos procedimentos anteriores, como avisar com pelo menos 72 horas de antecedência e acertar um funcionamento mínimo dos serviços. Os acordos firmados serão como um contrato, com prazo definido de duração. Em algumas atividades - serviço militar, representações diplomáticas e emergências de hospitais - não poderá haver greve.

FONTE: Por Mônica Izaguirre, do site do Jornal Valor Econômico, em 08/09/2005

NA ASSEMBLÉIA QUE ANTECEDEU O RECESSO, A ADUR-RJ S.SIND MANTEVE O INDICATIVO DE GREVE SEM DATA



No dia 1º de setembro, alguns docentes estiveram reunidos na Sala Multimídia (P1), para a realização da Assembleia Geral Permanente da ADUR-RJ, que teve como único ponto de pauta a greve das IFES do ANDES-SN. A Assembleia foi presidida e secretariada pelos professores Canrobert P. L. Costa Neto e Luis Mauro S. Magalhães, respectivamente.

Primeiramente, os diretores da ADUR-RJ deram alguns informes sobre a greve do Setor das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior, apresentando um quadro atualizado das Associações de Docentes que já se posicionaram sobre o assunto. Os professores também foram informados da reunião, realizada em 30 de agosto de 2005, entre o ANDES-SN e o SESU (Secretaria de Ensino Superior do MEC), representado pelos senhores Nelson Maculan e Alaíde Sant'Anna; conforme publicado na edição nº 74 da *ADUR INFORMA*.

De acordo com o relatório do Setor das IFES divulgado pelo ANDES-SN, os representantes da SESU demonstram a preocupação com a iminência da greve dos docentes e "*Maculan destacou que o MEC tem se empenhado junto ao MPOG para que haja reais possibilidades de se tratar a pauta apresentada pelos docentes, ainda este ano*". Contudo, apesar do discurso, não há disposição do governo para atender as reivindicações dos professores.

Os informes também contemplaram as iniciativas do Comando Nacional de Greve, instalado no último dia 30 de agosto, que têm sido divulgadas na página eletrônica do ANDES-SN e ainda o caso das Universidades Estaduais, em São Paulo. Nos últimos dias, a USP, sociedades científicas e também as câmaras municipais de Ribeirão Preto e Piracicaba manifestaram seu descontentamento com o governador daquele Estado, Geraldo Alckmin, que vetou o aumento de verbas vinculadas para a educação pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006 (LDO).

Quanto à greve das Federais, os docentes discutiram se seria ou não viável estabelecer uma data para o indicativo de greve já aprovado pelos docentes da Rural. Uma das propostas sugeria que os professores não reiniciassem o segundo semestre letivo de 2005, mas, em votação, não foi aprovada pelos presentes, que mantiveram o indicativo de greve sem data.

Muito se debateu acerca da mobilização da categoria e da necessidade de informar e sensibilizar a sociedade para a situação das Universidades brasileiras. Neste momento, apresentou-se a proposta, discutida pelos componentes do Comando Local de Mobilização, de se realizar um dia de manifestações no Centro do Rio de Janeiro ou de Seropédica. Este dia seria conhecido como "Universidade na Praça", e partiria da Rural a iniciativa de convidar às demais entidades federais, como UFF, Uni-Rio e UFRJ para participarem do evento. A idéia é realizar, na primeira semana do segundo semestre letivo, uma Assembleia Geral para discutir com os professores a viabilização das atividades.

INFORMES SOBRE OS PLANOS DE SAÚDE

UNIMED APRESENTA CONTRAPROPOSTA À DIRETORIA DA ADUR-RJ PARA SER DISCUTIDA EM ASSEMBLÉIA

Conforme publicado na edição anterior do *ADUR Informa*, a Diretoria da ADUR-RJ nomeou uma Comissão de professores para negociar o reajuste anual sobre o valor do plano de saúde, junto a UNIMED - Costa Verde. Esta Comissão é formada pelas diretoras Rosane Ferreira de Oliveira, Maria Teresa Carneiro da Cunha e Irlete Braga da Trindade, e pelos professores Everaldo Zonta, Sansão Davi Luis Raimundo e Marcelo Mofatti.

Em reunião com representantes da UNIMED, em 08 de agosto de 2005, a Comissão demonstrou que este índice de 16,51% cobrado pela operadora do plano de saúde era muito alto e conseguiu negociar o reajuste para 11,12%.

Na edição anterior do *ADUR Informa*, noticiamos ainda que a proposta da Comissão foi analisada pela Diretoria da UNIMED, que nos enviou uma contra-proposta a ser apresentada, na íntegra, em reunião com os associados do referido plano, a ser agendada no início do segundo semestre letivo.

Abaixo, apresentamos a contraproposta da UNIMED Costa Verde, que será discutida em assembléia com os associados da entidade:

1) Aceitar a “alteração do reajuste proposto inicialmente (16,51%), para o reajuste proposto pela ADUR de 11,12%”, desde que para o “reajuste em 2006 sejam analisados para o cálculo da sinistralidade os dados a partir de março de 2003 (análise dos últimos 24 meses de receita e despesa)”;

2) Propõe um ajuste nos valores do opcional 4 (hospitais de tabela própria). Nos próximos 6 meses, a UNIMED encaminhará através de seu atuário o índice necessário para o equilíbrio do contrato, que será discutido entre as partes;

3) Propõe “a abertura de plano regulamentado para novas inclusões e para migrações do contrato antigo (para os associados que se interessarem) nos próximos 3 meses. A partir daí, não haverá novas inclusões no contrato antigo (exceto casamento e nascimento)”;

4) Sugere que a ADUR “discuta com seus associados os problemas causados pelas ações na justiça solicitando coberturas não contempladas no contrato, que acabam gerando custos para todos os associados”;

5) “A UNIMED Costa Verde irá disponibilizar por meio magnético o resumo das movimentações, que são encaminhadas junto à fatura”;

6) “A UNIMED Costa Verde cobrará retroativamente os ajustes referentes aos meses de maio e junho, em agosto e setembro, respectivamente, e parcelará o ajuste de mensalidade referente ao mês de julho nos meses de outubro e novembro em duas parcelas iguais” – essas cobranças já estão sendo realizadas.

7) “Caso o acordo não seja cumprido, o valor sugerido inicialmente de 16,51% será retornado com cobrança retroativa”.

ADUR-RJ CONSEGUE LIMINAR CONTRA O REAJUSTE DE 50,34% DA GOLDEN CROSS



A ADUR-RJ conseguiu uma liminar suspendendo o reajuste de 50,34%, incluído pela Golden Cross na cobrança que venceu em 10 de setembro passado. De acordo com decisão judicial, o novo reajuste é de 15,67%.

Os associados foram informados, na ocasião, que a ADUR-RJ havia acionado o assessor jurídico da entidade, Dr. Marcelo Chalréo, para entrar com a ação contra o plano de saúde. Comunicamos ainda que os filiados da ADUR e usuários do Plano da Golden Cross esperassem até o julgamento da justiça para realizar o pagamento de suas mensalidades, tendo em vista que novos boletos dos planos de saúde, com o valor corrigido, seriam emitidos pela operadora.

Sendo assim, a Golden Cross enviará pelos Correios um novo boleto, mas devido à greve neste setor – encerrada no último dia 22 de setembro – não há garantias de que a lâmina chegará dentro do prazo de pagamento. Logo, a ADUR divulgou novo comunicado aos associados, esclarecendo quais são os procedimentos que devem ser adotados para acessar o boleto de pagamento atualizado, na página da Golden Cross pela Internet, recomendando que não esperem a chegada das novas lâminas pelo Correio.

A entidade também informou que os professores que preferiram pagar o boleto antes da decisão judicial devem entrar em contato com a operadora do plano de saúde pelo Golden Fone (21 4004-2001) para obter orientações referentes à devolução do valor que foi pago a mais à operadora.

EXPEDIENTE – ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 OU (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNERIO DA CUNHA, RICARDO BERBARA E ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

